



Universidade de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Ildeneide Pereira da Silva

Orientadora Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos
Tutora orientadora Profa. M.a Lucilene Costa e Silva

Brasília-DF, Dezembro de 2015.

Ildeneide Pereira da Silva

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos e da tutora-orientadora Profa. M.a Lucilene Costa e Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Ildeneide Pereira da Silva

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UAB/UnB
(Professora-orientadora)

Profa. M.a Lucilene Costa e Silva - SEE/UnB
(Tutora-orientadora)

Profa. M.a Wilcéa Pereira Stacciarini – SEE/DF
(Examinador externo)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

DEDICATÓRIA

À minha família que sempre me incentivou.

Aos amigos e colegas que tanto me auxiliaram.

Aos meus alunos do passado e aos que ainda virão.

E, também àqueles que veem na Educação uma possibilidade de mudança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir viver este momento.

Aos meus pais e principalmente à minha mãe, que foi um exemplo de mulher, guerreira, ativa e vencedora.

À minha filha que inicia sua jornada de pesquisadora e que, também, com a sua presença renova minhas forças e me faz completar a caminhada.

À direção da escola e os colegas de trabalho que contribuíram neste momento de estudo.

À orientadora e tutora que dividiram conosco conhecimentos e nos auxiliaram na conclusão desta etapa.

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal por oportunizar esta Especialização que contribuirá em minha formação pessoal e profissional.

“Não fomos educados para olhar pensando o mundo, a realidade, nós mesmos.

Nosso olhar cristalizado nos estereótipos produziu em nós paralisia, fatalismo, cegueira.

Para romper este modelo autoritário, a observação é a ferramenta básica neste aprendizado de construção do olhar sensível e pensante.

Olhar que envolve atenção e presença.”

Madalena Freire

RESUMO

A Educação Socioambiental é um tema da contemporaneidade e necessita estar sendo discutida e difundida nos diversos campos da sociedade. A escola desempenha um papel importante no processo de formar novas dinâmicas e se preparar para atender as demandas das questões socioambientais. O coordenador pedagógico representa elemento de suma importância na formação de educadores e educandos, que logo, também contribuem na educação de toda comunidade escolar. A realidade da escola mostra que se busca atender as demandas da Educação Socioambiental, muito se fala em sustentabilidade, qualidade de vida e preservação da natureza, porém ainda não há mudanças significativas neste processo. As diretrizes e mudanças no processo educativo são necessárias para que se promova a Educação Socioambiental nas instituições de ensino e principalmente em toda sociedade. A proposta desta pesquisa teve como objetivo analisar a relação do coordenador pedagógico no desenvolvimento de práticas que contribuam para uma Educação Socioambiental no contexto de uma escola pública do Distrito Federal. Para realizar a análise utilizou-se o contexto da escola, os dados coletados e o estudo bibliográfico acerca do tema. Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de investimento na formação dos formadores para que as ações pedagógicas sejam mais efetivas.

Palavras-chave: educação socioambiental – coordenador pedagógico – currículo – formação – prática educativa

ABSTRACT

The Environmental Education is a contemporary theme and needs to be discussed and disseminated in several areas of society. The school plays a very important role in the process of forming new dynamics and prepare to answer demands of environmental questions. The pedagogical coordinator represents an important element in the formation of educators and students, who also contribute to the education of the whole school community. The school reality shows that aims to comply with the demands of Environmental Education, sustainability, quality of life and preservation of nature are topics widely spoken, however there are no significant changes in the process. Guidelines and changes in the educational process are necessary for the occurrence indeed an Environmental Education in educational institutions specially across society. The study's proposal aimed to analyze the relation of the pedagogical coordinator in the development practices that contribute to an Environmental Education in the context of a public school in Distrito Federal. To perform the analysis it was used the school context, the collected data and the bibliographic study on the subject.. It was found the needy of investment in the formation of educators so that pedagogical actions turns out to be more effective.

Key words: environmental education- pedagogical coordinator - curriculum - formation - educational practice

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
1. Histórico da Educação Socioambiental.....	11
2. Fundamentos legais da Educação Socioambiental.....	14
3. Conceitos importantes acerca da Educação Socioambiental.....	18
4. O currículo na articulação da Educação Socioambiental nas escolas.....	22
5. O coordenador pedagógico no contexto escolar.....	26
6. Práticas socioambientais e a formação continuada nas escolas.....	28
METODOLOGIA.....	32
1. Proposta metodológica.....	32
2. O método.....	34
2.1.Histórico da Pesquisa.....	34
2.2.Contexto.....	35
2.3.Procedimentos éticos para a participação na pesquisa.....	36
2.4.Os sujeitos pesquisados.....	37
2.5.Instrumentos.....	38
2.6.Procedimentos para aplicação da entrevista.....	39
2.7.Procedimentos de análise.....	39
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
1. Primeiro nível de análise.....	40
1.1.A percepção dos Coordenadores.....	40
2. Segundo nível de análise.....	44
2.1.A percepção dos Professores.....	44
3. Terceiro nível de análise.....	48
3.1.Aspecto conceitual e fundamentos legais – Educação Socioambiental.....	48
3.2.Aspecto educacional – Diretriz e Currículo.....	49
3.3.Aspecto profissional – O coordenador.....	41
3.4.Aspecto pedagógico – Práticas Socioambientais.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

A atuação do coordenador pedagógico nas escolas encontra inúmeros desafios e a busca por qualidade educacional é um dos objetivos que mais se espera alcançar. No contexto da instituição as aprendizagens se estabelecem e estas fazem sentido quando se promove uma educação da vida e uma educação para a vida.

Neste sentido a Educação Socioambiental se faz presente no espaço escolar, tendo como objetivo a construção de novas realidades voltadas para a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Acompanhar este processo representa ser uma atividade desafiadora para o coordenador pedagógico, pois a Educação Socioambiental envolve dimensões naturais, sociais, culturais e humanas.

Os objetivos educacionais envolvem muito mais que promoção das aprendizagens de conteúdos, pois é no espaço da escola que há também o preparo para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania. Sendo assim, a pesquisa visa contribuir na percepção da necessidade da promoção da educação socioambiental na escola, articulada sob a influência do coordenador pedagógico.

Objetivo Geral:

- Analisar a influência do coordenador pedagógico no desenvolvimento de práticas que contribuam para uma Educação Socioambiental no contexto de uma escola pública do Distrito Federal.

Objetivos Específicos:

- Conhecer os fundamentos da Educação Socioambiental nos seus aspectos conceituais e legais;
- Analisar as perspectivas educacionais inseridas nas diretrizes curriculares do DF no tocante à Educação Socioambiental;
- Analisar a função do coordenador pedagógico na promoção de práticas socioambientais;
- Conhecer as práticas inseridas no ambiente escolar e a formação continuada, voltadas à Educação Socioambiental.

Esta monografia foi organizada em quatro partes.

A primeira parte foi dividida em seis blocos os quais compreende a Fundamentação Teórica. No primeiro bloco foi abordada uma contextualização histórica da Educação Socioambiental, desde o surgimento até os dias atuais. No segundo bloco foi realizado um estudo acerca da fundamentação legal que contempla o tema em estudo. Já no terceiro bloco foi contemplado um estudo a partir da evolução dos conceitos da Educação Socioambiental ao longo dos anos. No quarto bloco procurou-se tratar das questões que envolvem o currículo de educação, o tema e a articulação deste no ambiente escolar. No bloco seguinte apresentou-se o coordenador pedagógico e sua função no contexto educacional. No sexto bloco buscou-se tratar das práticas socioambientais e a formação continuada nas escolas.

Na segunda parte apresentou-se a metodologia da pesquisa, a qual adotou a abordagem qualitativa, bem como apresenta os procedimentos de construção e análise dos dados coletados.

Na terceira parte buscou-se retratar a análise e discussão dos resultados, os quais foram divididos e organizados em quatro eixos temáticos, conforme os aspectos conceituais e fundamentos legais, educacionais, profissionais e pedagógicos, os quais foram abordados na pesquisa, realizando-se a relação entre as falas dos sujeitos e a fundamentação teórica.

A última parte contempla a conclusão da pesquisa, a qual apresenta a percepção do pesquisador acerca da Educação Socioambiental ofertada na escola.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir na realidade das escolas, com vistas a contemplar uma Educação Socioambiental na prática cotidiana das instituições educacionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Histórico da Educação Socioambiental

A educação ambiental vem sendo discutida e difundida ao longo destes últimos 40 anos pelos diversos setores da sociedade, em função da urgência de se ter realmente ações e políticas públicas que contemplem esta temática. A humanidade vem sofrendo com a perda da qualidade ambiental, por conta da ação predatória e o uso desenfreado dos recursos naturais em função do consumismo e da aquisição de recursos financeiros exagerados.

O processo de industrialização, o comércio e a produção excessiva de lixo, bem como a ação do homem de forma inconsequente têm contribuído negativamente na conservação dos recursos naturais do planeta. Em consequência desta realidade alguns movimentos sociais e ambientais surgiram para disseminar na sociedade uma cultura de cuidado e preservação do meio ambiente para a promoção de uma qualidade de vida melhor.

Em 1972 houve a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, na Suécia. Esta conferência foi convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por conta dos resultados do Relatório do Clube de Roma, o qual tratava sobre o uso dos recursos naturais do planeta. Diante deste fato, ficou acordado que uma das estratégias a serem utilizadas seria a educação das pessoas para a solução dos problemas enfrentados com relação ao ambiente. A partir de então a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passou a organizar as discussões acerca da educação ambiental (TOZONI-REIS, 2004).

No Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, ocorrido em 1975, na cidade de Belgrado (Iugoslávia) percebeu-se a necessidade de haver uma ampla discussão nos países membros da ONU para o desenvolvimento de programas de educação ambiental de abrangência regional e internacional. Na Carta de Belgrado¹ a educação ambiental passa a ser vista como elemento importante para que haja mudança na crise ambiental apresentada. Sendo assim, era necessário que a educação ambiental fosse organizada como educação “formal e

¹ A “Carta de Belgrado” buscou uma estrutura global para a educação ambiental. Foi elaborada ao final do encontro realizado em Belgrado, na Iugoslávia, em 1975, promovido pela UNESCO. O documento é considerado um marco conceitual no tratamento das questões ambientais (SECRETARIA 2015).

não-formal, como um processo contínuo e permanente, dirigido prioritariamente às crianças e aos jovens e que tivesse caráter interdisciplinar” (TOZONI-REIS, 2004 p.04).

Em 1977 aconteceu a Conferência de Tbilisi, considerada o primeiro grande evento internacional de discussão sobre a educação ambiental, pois deste encontro saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para Educação Ambiental no mundo (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013). Na Carta de Tbilisi ocorreu uma mudança em relação ao público alvo da educação ambiental, pois não houve distinção de idade, visto que a temática envolvia a todos, considerando como uma forma de criar consciência e compreensão acerca dos problemas ambientais e contribuir na formação de ações conjuntas e com resultados positivos.

A reorganização das atividades pedagógicas era um dos principais objetivos desta Carta, para que fomentasse os valores “éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favorecessem o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 01). Segundo este documento a educação ambiental deveria ocorrer de forma que os processos educativos e a realidade tivessem uma relação estreita para uma maior compreensão dos problemas ambientais, enfocando a análise numa perspectiva interdisciplinar e globalizada.

Na Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), foi elaborada a Agenda 21², na qual encontra-se a educação ambiental organizada em três eixos: “reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, aumento da consciência pública e promoção de treinamento” (TOZONI-REIS, 2004 p.5-6). O foco da educação ambiental busca o desenvolvimento sustentável, de forma que haja a integração entre ambiente e desenvolvimento.

Durante a Rio-92 ocorreu o Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais, o qual produziu o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Este documento apresenta posições da sociedade civil, as quais convoca a população a assumirem responsabilidades, sob uma ótica que parte do nível local para o mais amplo, para que a mudança atinja o planeta. Vislumbra ainda a

² Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

“educação transformadora, com sociedades sustentáveis e equitativas”. Desta forma preocupa-se não somente com o meio natural do ambiente, mas também com o social, econômico, ético, político, científico, tecnológico e cultural, com vistas a haver o equilíbrio do ecossistema, bem como a qualidade de vida e conscientização da conduta dos indivíduos (TOZONI-REIS, 2004). Assim, a educação ambiental passa a ser vista como “ideológica” e seria organizada nos espaços formal, não formal e informal, com intuito de alcançar a todos.

Em 2002 ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (África do Sul), a qual recebeu a nomenclatura Rio+10. Neste evento houve a apresentação da situação mundial e notou-se que apesar da Agenda 21 ter sido elaborada há dez anos pouca mudança ocorreu, pois se percebia a permanência da insustentabilidade na área econômica dos países. Então a proposta elaborada neste evento passa a envolver as entidades governamentais na busca de uma sociedade que primasse pelo desenvolvimento sustentável.

Na Rio+20, ocorrida em 2012, no Rio de Janeiro, houve a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na qual objetivou-se a discussão acerca do desenvolvimento sustentável com a renovação do compromisso político com ações conjuntas, não somente no que se refere às questões ambientais, mas também as situações sociais, como o estado de extrema pobreza de alguns membros da sociedade ocorrida nos diversos países (MORAES, 2015).

Uma das metas a serem alcançadas refere-se a contemplar a preservação do meio ambiente, mesmo atendendo às necessidades e demandas do progresso econômico do país. As ações devem envolver todos, governantes e população, para que se possa ter mais qualidade de vida e a redução do impacto da humanidade no meio ambiente.

A partir destas discussões os países envolvidos deveriam apresentar propostas e ações que visassem a educação ambiental para a população, bem como a promoção da preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das populações, de forma a não impedir também o desenvolvimento dos países.

A questão socioambiental surge vinculada a educação ambiental como um processo pelo qual se passa por toda uma vida e traz significados mais abrangentes e não se limita ao meio ambiente, pois trata também das questões sociais, qualidade de vida e erradicação da pobreza (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015). Para tanto nesta pesquisa adotou-se o termo

Educação Socioambiental, o qual também busca atender as demandas ambientais, sociais e culturais e ora se vincula e se confunde com a Educação Ambiental.

2. Fundamentos legais da Educação Socioambiental

A questão ambiental surge legalmente no Brasil em 1965, com a Lei 4.771 – Código Florestal, a qual estipulava que todas as unidades de ensino comemorassem a “semana florestal”, bem como outras instituições públicas. Porém esta atitude não atingiu a população em sua totalidade, apresentando impactos reduzidos na questão ambiental, pois não oferecia educação realmente.

Em 1981 foi sancionada a Lei 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Ela fundamentou os incisos VI e VII do art. 23 e o art. 225 da Constituição Federal de 1988 e objetivava a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL, 1981, p. 01). Nesta lei a educação ambiental nas escolas foi instituída pelo princípio X, o qual acordava que esta deveria ser aplicada a todos os níveis de ensino, bem como a educação da comunidade, com vistas à capacitação e participação ativa em defesa do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012a) em seu Capítulo VI prevê a questão ambiental e em seu art. 225 define que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2012a, p. 127).

Para garantir este direito compete ao poder público (BRASIL, 2012a):

- I- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II- preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III- definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV- exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V- controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI- promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII- proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem os animais a crueldade (BRASIL, 2012a, p. 127-128).

Nos propósitos legais nota-se a previsão de se proteger o meio ambiente através do uso racional dos recursos naturais, para a obtenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Diante desta realidade, o Parágrafo 4º define que “a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional” (BRASIL, 2012a, p. 128). Sendo que a utilização de seus recursos passa a ocorrer sob a forma da lei, ficando assegurada a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, contribui nos princípios da Educação Ambiental, pois estes se unem. Visto que em seu Artigo 32 define que o Ensino Fundamental objetiva a formação para o exercício da cidadania, observando-se: “II- a compreensão do ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 2012b, p. 21).

A LDBEN trata da Educação Ambiental atrelada à cidadania, em seu Artigo 35, no que se refere ao Ensino Médio, tendo como princípio o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico” (BRASIL, 2012b, p. 23). Sendo que prevê ainda que o currículo do ensino fundamental e médio tenham a base comum e o complemento com a parte diversificada, porém os currículos devem também contemplar o conhecimento do “mundo físico e natural e da realidade social e política” (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015).

No Artigo 36 da LDBEN 9.394/1996 faz-se a retomada desta questão quando apresenta como diretriz:

I- Destaca a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (BRASIL, 2012b, p. 23).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram lançados em 1997 e trazem referências para o ensino da Educação Básica de todo o Brasil. Sua função é permitir que todas as escolas tenham acesso a conhecimentos necessários para a formação da cidadania. Não são obrigatórios, porém indicam formas de atuação para a transformação da realidade educativa do país. Além de apresentar as disciplinas da base comum do currículo para o Ensino Fundamental, trouxe como proposta o trabalho com Temas Transversais, como Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, sendo que de 5ª à 8ª séries ainda aborda os temas Trabalho e Consumo.

Em 1999 foi lançada a Lei 9.795 que dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional para esta modalidade de atividade. Esta lei, no Artigo 1º, define a educação ambiental como (BRASIL, 1999):

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Ainda complementa no Artigo 2º ao definir que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, p. 1-2). Desta forma faz referências a todos os envolvidos neste processo tais como, sociedade em geral, instituições educacionais, órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), meios de comunicação, empresas, entidades e instituições públicas e privadas.

A Lei 9.795/99 prevê em seus princípios básicos da educação ambiental o enfoque “humanista, holístico, democrático e participativo”, sendo que a percepção que se tem de meio ambiente é o processo de interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade (BRASIL, 1999). As ideias e as concepções pedagógicas visam a relação da “inter, multi e transdisciplinaridade”, bem como a garantia da continuidade e permanência deste processo educativo. Dentre os objetivos apresentados ressalta-se o estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e nesta perspectiva uma das ações está voltada para a capacitação de recursos humanos e especificamente aos profissionais das diversas modalidades de ensino e ainda prevê a incorporação da formação, especialização e atualização destes (BRASIL, 1999).

Sob uma ótica de formação contínua a todos os membros da sociedade a educação ambiental prevê também que “os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (BRASIL, 2010, p. 212).

Em 2012 foi publicada a Resolução nº 2 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, tendo como objetivo contribuir na reflexão crítica e orientar os diversos sistemas educacionais ao elaborar, executar, viabilizar e avaliar as diversas propostas e ações, sejam elas pedagógicas ou institucionais.

Esta resolução apresenta como princípios da educação ambiental (BRASIL, 2012c):

- I- totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- II- interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- III- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV- vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- V- articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- VI- respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária (BRASIL, 2012c, p. 3).

Nota-se então uma política voltada para uma Educação Socioambiental ao apresentar como um dos seus objetivos “promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz” (BRASIL, 2012c, p. 4). Como complemento acrescenta ainda no Artigo 14 que as instituições de ensino visem contemplar:

- I- abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- III- aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

V- estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012c, p. 4).

Entra em foco uma nova dinâmica educativa a qual percebe a questão da sustentabilidade não apenas voltada para os recursos naturais, mas sob uma ótica ambiental, social, política, tecnológica, educacional, econômica, científica e histórica envolta em possibilidade de sustentabilidade na perspectiva socioambiental, como defende Jacobi (2003) a possibilidade de “mudança sociopolítica”, porém não comprometendo os “sistemas ecológicos e sociais”, ambos trabalhando em conjunto, sob uma ótica de desenvolvimento sem maiores danos ao homem e ao ambiente.

3. Conceitos importantes acerca da Educação Socioambiental

Ao longo dos anos a questão ambiental vem tomando espaço nas discussões da sociedade. Alguns estudos publicados, como “Primavera Silenciosa”- 1962 e “Limites do Crescimento”- 1972, deram início neste processo de conhecimento e enfrentamento, aos quais apontam para um caminho preocupante, pois as ações humanas têm provocado alterações na dinâmica do planeta, bem como afetam diretamente as condições de vida das pessoas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Para tratar da temática, necessário se faz apresentar alguns conceitos iniciais em busca de delimitar o foco deste estudo. Segundo o Dicionário Silveira Bueno (BUENO, 1996) o ambiente refere-se ao “que cerca ou envolve alguma coisa ou pessoa”, complementando Magnoli (apud MOREIRA, 1997, p. 3) define ambiente como “o resultado das interações entre a sociedade humana e a base física e biológica que a envolve, para sua sobrevivência biológica e espiritual”. Neste sentido o ambiente está relacionado ao ser humano, tendo este como referência para delimitar seu conceito.

Quanto ao meio ambiente, Tostes (apud DULLEY, 2004, p. 19) define que:

... é toda relação, é multiplicidade de relações. É relação entre coisas, como a que se verifica nas reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; é a relação de relação, como a que se dá nas manifestações do mundo inanimado com a do mundo animado (apud DULLEY, 2004, p. 19).

Então o meio ambiente é comparado a algo em atividade, ou seja, sempre em movimento através de relações dinâmicas entre os seres que o constitui, porém sob uma visão meramente naturalista. Tostes (apud DULLEY, 2004, p. 19) ainda completa que:

... é especialmente, a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas (apud DULLEY, 2004, p. 19).

Não obstante Tostes (apud DULLEY, 2004, p. 19) ainda faz alusão à relação de dependência entre os elementos, visto que para ele “Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionariam”. Sendo assim, o meio ambiente representa um ciclo de inter-relação de seus elementos, bem como a interdependência entre eles.

Santos (1996, p. 24) faz referência que “não há mais sentido, nos dias atuais, para a clássica e rígida separação entre homem, mundo natural e mecânico”. Não há mais espaço em se perceber o meio ambiente tendo como referência o homem no centro deste processo, mas as relações entre todos os sistemas de vida, bem como a intervenção do homem na natureza, no ambiente onde vive.

Surge então a necessidade de se refletir acerca das práticas e dos processos de uso do meio ambiente e percebe-se que ao longo dos anos a degradação ambiental vem se tornando uma situação crescente na atualidade. Mesmo tendo se falado desta temática, mais efetivamente a partir dos anos 60, ainda há muito a ser feito. Relatórios apresentados na Rio + 20 mostram que o planeta ainda está em colapso, pois os recursos naturais, devido a grande exploração, necessitam de um trabalho mais efetivo no sentido de recuperar os sistemas, bem como a realidade de extrema pobreza de alguns membros da sociedade apresenta um quadro preocupante.

A grande questão a ser vislumbrada é promover o desenvolvimento dos países, porém para alcançar este objetivo necessário se faz colocar em foco as questões sociais e ambientais, bem como a sustentabilidade. Esta sustentabilidade se refere às questões social, econômica e ecológica, para que estas possam se relacionar em um ciclo que promova qualidade de vida a todos, contemplando a preservação ambiental (JACOBI, 2003).

Diante deste fato considera-se importante não apenas políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental, mas articular uma educação ambiental mais efetiva, que

contemple não somente o espaço escolar, mas toda a sociedade. Jacobi (2003, p. 190) defende que:

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (JACOBI, 2003, p. 190).

Para tanto a definição de educação ambiental evoluiu e passou por diversas modificações, conforme as necessidades determinadas por cada época. De acordo com a Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária, ocorrida em 1976 (apud MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 1) a educação ambiental representa:

[...] a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p.1).

Nota-se a importância dada ao processo educativo na conscientização dos membros da sociedade, porém não basta conhecer a realidade, mas agir de forma a causar efeitos positivos. Segundo a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977, a educação ambiental é (apud MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 1):

[...] um processo de reconhecimento de valores e classificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 1).

A partir deste período inicia-se um grande movimento para que haja condições de formação humana, na perspectiva de uma visão mais consciente com relação ao valor da natureza. Mas para se obter resultados, deve-se discutir a questão ambiental vislumbrando uma mudança significativa na sociedade, tanto nos interesses individuais e coletivos. Porém esta formação estará vinculada à educação formal, institucional, social e informal, bem como política, levando-se em consideração também as questões sociais envolvidas neste processo, não se pensando apenas nos recursos naturais do planeta, mas numa visão mais ampla que envolva todos os espaços naturais, sociais, tecnológicos, científicos e humanos.

Diante deste fato surge uma nova dinâmica no conceito de educação ambiental, saindo da visão naturalista e partindo para um conceito que vise a conscientização, tomada de

decisões, mudança de comportamentos e a sustentabilidade. Mousinho (apud TRIGUEIRO, 2008, p. 349) compreende a educação ambiental como um:

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política (apud TRIGUEIRO, 2008, p. 349).

Esta reflexão acerca da questão ambiental convoca a sociedade não apenas para conhecer a realidade, mas buscar a mudança de atitudes para que se possa realmente resolver os problemas enfrentados e assumir uma relação sustentável diante do ambiente. Não há mais espaço para se pensar apenas em preservar sem se oferecer condições para que esta situação seja resolvida. Jacobi (2003, p. 190) adverte que:

[...] a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003, p. 190).

Nos grandes centros urbanos nota-se a degradação não apenas do meio ambiente, mas também das condições de vida dos indivíduos e muitas vezes a causa desta crise ambiental é a crise civilizatória. Da necessidade de haver uma real mudança na sociedade acerca das práticas existentes, surge a visão de uma educação socioambiental. A ela acopla-se um movimento de interligação de todos os meios da sociedade voltados para o bem estar comum que cause uma transformação social voltada a superar o desgaste ambiental e as injustiças sociais e econômicas.

Jacobi (2003, p. 193) afirma que:

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2003, p. 193).

Este mesmo autor defende que “o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica”, porém duas correntes se configuram neste processo: a centrada no controle demográfico (fundamentada no trabalho do Clube de Roma) e a relacionada à sustentabilidade social, econômica e ecológica (relacionada à Conferência de

Estocolmo). Sendo assim, para que haja melhorias na qualidade de vida será necessário ocorrer a preservação ambiental (JACOBI, 2003).

O desenvolvimento sustentável a que Jacobi (2003) se refere trata das questões que envolvem o cálculo econômico, aos aspectos biofísicos e os componentes sociopolíticos, os quais interferem na interpretação da realidade mundial, bem como na questão predatória dos recursos ambientais.

Urge a mudança de paradigmas para alcançarmos estruturas prósperas para a educação ambiental, não somente com conscientização dos indivíduos, mas com a busca real da construção de uma sociedade sustentável de fato, através de uma política efetiva e da prática de educação ambiental para a formação da consciência ética e cidadã.

Para Carvalho (2012, p. 37) a educação ambiental “surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade”. A autora ainda defende que:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente (CARVALHO, 2012, p. 37).

Desta forma o meio ambiente passa a ser considerado como “espaço relacional”, no qual ocorre a interação das relações da vida social, natural e cultural. Então não basta termos uma visão naturalista da educação socioambiental, pois estaríamos reduzindo o meio ambiente em apenas uma dimensão, deixando de lado a interação entre natureza e a cultura humana.

Sendo assim, para Carvalho (2012, p. 38):

[...] a visão socioambiental não nega a base ‘natural’ da natureza, ou seja, suas leis físicas e seus processos biológicos, mas chama a atenção para os limites de sua apreensão como mundo autônomo reduzido à dimensão física e biológica. Trata-se de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais (CARVALHO, 2012, p. 38).

Diante destas ideias a Educação Ambiental passa a ter um conceito mais amplo para a sociedade, não apenas de conservação da natureza, mas da própria condição de vida do ser humano na inter-relação da vida no mundo, das humanidades e dos movimentos sociais.

4. O currículo na articulação da Educação Socioambiental nas escolas

O currículo vem adquirindo lugar de importância no cenário da educação brasileira, bem como tem se tornado alvo de congressos e discussões de autoridades, políticos, professores ou especialistas, isto porque a ele se estabelecem os processos de ensino e aprendizagens esperadas para as instituições promoverem aprendizagens.

Para Moreira (2012) o currículo:

[...] constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 2012, p. 11).

Ao currículo está associado à aquisição dos conhecimentos, aos quais se inclui as experiências vivenciadas no ambiente escolar e fora deste. Este processo dinâmico favorece a assimilação e reconstrução de conhecimentos. Moreira (2012, p. 12) retrata que dentre as várias definições de currículo, este é visto por alguns como “o conhecimento tratado pedagógica e didaticamente pela escola e que deve ser aprendido e aplicado pelo aluno”, porém outros já o consideram como “o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola”. Esta segunda visão torna possível que as experiências sejam capazes de promover o desenvolvimento individual e social.

Diante das demandas da sociedade, hoje se pretende seguir um novo paradigma ao qual se deve inserir ao currículo, uma nova perspectiva de planejamento e desenvolvimento de suas estratégias, tornando a escola um espaço público de discussão e descobertas com o compromisso de promover a construção da cidadania.

A educação socioambiental entra em foco nos sistemas de ensino como uma questão a ser tratada de forma transversal, não como disciplina do currículo, mas se integrando às diversas áreas do conhecimento. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – (MEC, 2001, p. 58) a questão ambiental “implica mudanças profundas” e que quando “bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais”. Em suas orientações este documento propõe que a escola atribua significado às aprendizagens do educando, de forma a estabelecer ligação das aprendizagens da escola com as aprendizagens cotidianas e utilize o conhecimento nas diversas situações da vida.

Sendo assim, os PCNs propuseram a organização dos conteúdos de meio ambiente em três blocos: os ciclos da natureza; sociedade e meio ambiente; e manejo e conservação ambiental. Sendo que estes conteúdos já são contemplados no currículo, porém estão em destaque para se “garantir a compreensão do tema de forma integral e favorecer a reflexão e o planejamento do trabalho com as questões ambientais” (MEC, 2001, p. 58). O trabalho será voltado para a vivência de experiências e a participação efetiva de forma a ampliar a consciência com relação às questões ambientais.

Já nos PCNs foi referendada a importância de se fundamentar e contemplar o meio ambiente no projeto educativo da escola, para tanto é necessário (MEC, 2001, p. 74):

O desenvolvimento de uma proposta com o tema Meio Ambiente exige clareza sobre as prioridades a serem eleitas. Para tanto, é necessário levar em conta o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola. A realidade de uma escola em região metropolitana, por exemplo, implica exigências diferentes daquelas de uma escola da zona rural. Da mesma forma, escolas inseridas em ambientes mais saudáveis, sob o ponto de vista ambiental, ou em ambientes muito poluídos deverão eleger objetivos e conteúdos que permitam abordar esses diferentes aspectos. Também os elementos da cultura local, sua história e seus costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema Meio Ambiente em cada escola (MEC, 2001, p. 74).

Ainda há a proposição do envolvimento de toda comunidade escolar – pais, funcionários, professores e alunos – no alcance dos objetivos estabelecidos, sendo que cada um assume seu papel, conforme a sua função nesta ação. A reflexão conjunta e a participação de todos irão fazer a diferença ao se alcançar o que se pretende no projeto escolar, pois “o convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos” (MEC, 2001, p. 75).

Faz-se necessário que a escola esteja envolvida não somente no processo educativo dos alunos, mas que seja também uma instituição com possibilidades de intervenção na realidade da comunidade que está inserida. Como orienta os PCNs (MEC, 2001, p. 75-76) “a participação da escola em movimentos amplos de defesa do meio ambiente, quando estiverem relacionados aos objetivos escolhidos pela escola para o trabalho com o Meio Ambiente, deve ser incentivada”, pois assim o projeto pedagógico fará sentido para aquela comunidade.

O desenvolvimento da teoria curricular relacionado à prática busca dar sentido às ações da escola, oportunizando, assim, uma educação de qualidade. As diretrizes curriculares das escolas públicas do Distrito Federal são estabelecidas pelo Currículo em Movimento da Educação Básica e a Educação Ambiental é tratada como Educação para a Sustentabilidade, a

qual tem por finalidade a implementação de “atividades pedagógicas por meio de saberes populares, científicos e de interação com a comunidade, que visem a uma educação ambiental baseada no ato de cuidar da vida em todas as fases e tipos” (GDF, 2014a, p. 58). Sob esta ótica propõe, então, a sustentabilidade que é concebida a partir da união da sociedade, com o meio ambiente e a economia em busca do desenvolvimento equilibrado.

Entra em foco um modelo de sociedade, na qual se pensa na cidadania planetária, que estabelece a preocupação com as dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e espiritual, sendo estas observadas em todo o processo educativo (GDF, 2014a). Pretende-se que o eixo transversal “Educação para a Sustentabilidade” seja responsável pela formação do cidadão crítico – participativo que esteja preocupado com as gerações futuras, bem como com os resultados de suas ações na sociedade.

Segundo o Currículo em Movimento (GDF, 2014a, p. 64):

Todas as áreas do conhecimento das etapas e modalidades do processo de escolarização, bem como suas atividades pedagógicas devem permear, de forma articulada e transversal, a Educação para a Sustentabilidade. Assim, caminharemos juntos para uma mudança de postura e prática rumo à sustentabilidade da estadia humana no planeta Terra (GDF, 2014a, p. 64).

No currículo do DF a Educação para a Sustentabilidade pode ser percebida nos conteúdos e objetivos estabelecidos nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Naturais. Em relação à Geografia é estabelecida relações do ser humano com a interação com a natureza e com o espaço social, dando condições para que o sujeito possa compreender a realidade e se perceber como indivíduo social, histórico e cultural. Já em Ciências Naturais busca-se o alcance das aprendizagens observando-se as necessidades dos indivíduos, ampliação dos conhecimentos e a melhoria da qualidade de vida. O trabalho tem como foco a organização em temas: Ambiente, Ser Humano e Saúde, e os Recursos Tecnológicos (GDF, 2014b).

O tema Ambiente promove a reflexão acerca das interações do homem com a natureza, analisando as ações deste, objetivando o uso responsável e adequado dos recursos naturais. Quanto ao tema Ser Humano e Saúde espera-se a consciência de se perceber como integrante e ativo no ambiente, bem como as necessidades de cada ser nas diversas fases do desenvolvimento. Com relação aos Recursos Tecnológicos a proposta é a compreensão das invenções como uma necessidade humana, porém com uso responsável para minimizar o impacto sofrido socialmente, tecnologicamente e no ambiente (GDF, 2014b).

A busca por estes objetivos na proposta do currículo vislumbra tornar a educação o mais perto possível da realidade do educando, para que este consiga compreender fatos do cotidiano, elabore seus conceitos na tomada de decisões e resolva problemas práticos.

5. O coordenador pedagógico no contexto escolar

A coordenação pedagógica dentro das escolas representa um espaço para a organização do trabalho e planejamento das ações que farão parte do cotidiano da instituição educativa. Diante desta realidade e com vistas à qualidade educacional, surge a função do coordenador pedagógico, o qual deve estar à frente e, ao mesmo tempo, ao lado do professor para auxiliá-lo na prática educativa. Estar à frente não significa estar acima, mas articular junto ao grupo as propostas de trabalho e os projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, na busca de promover as aprendizagens necessárias aos educandos.

Ao longo dos anos o papel do coordenador pedagógico foi confundido com uma extensão da direção, orientação educacional ou mecanógrafo. Embora sua função seja regulamentada através de um regimento interno³, Regimento Escolar das Instituições da Rede Pública do Distrito Federal, percebe-se que ainda falta uma maior compreensão acerca do desempenho deste profissional.

Conforme o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 49):

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 49).

Sendo assim, cabe à direção, supervisor e coordenador articularem as ações pedagógicas a serem desenvolvidas juntamente com o corpo de funcionários. Porém este planejamento deve englobar o processo de ação-reflexão-ação, o qual contribuirá com o desenvolvimento e redimensionamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, bem como da proposta de trabalho da rede.

O regimento deixa bem claro que as ações da instituição devem contemplar a viabilização e implementação do “Currículo da Educação Básica e das Orientações

³ Regimento Escolar apresenta um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica disciplinar da instituição (OLIVEIRA, 2015).

Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”. O coordenador desempenha um papel importante por fazer parte deste planejamento e também “garantir a realização da Coordenação Pedagógica” (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 49).

Não cabe apenas ao coordenador pedagógico articular as ações da instituição, mas ele representa mais um elemento que faz parte do processo educativo e que contribui na dinâmica da escola. Em sua missão o coordenador e o supervisor desempenham o papel de mediadores e articulares, sendo o elo entre a gestão e o grupo de professores para alcançar os objetivos propostos. Desta forma sua visão da escola torna-se macro, pois participa de todas as ações docentes e contribui na formação continuada.

O regimento ainda acrescenta no Artigo 121 que (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 50):

O planejamento, a realização e a avaliação do espaço-tempo da Coordenação Pedagógica são também de responsabilidade da equipe gestora em colaboração com todos os profissionais da educação da unidade escolar em articulação com as equipes de Coordenação Intermediária e Central (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 50).

As contribuições destes educadores permitem o crescimento do grupo como um todo para que este esteja voltado ao coletivo da escola. Diante disto os alunos passam a ser realmente de todos, numa dinâmica e perspectiva de coletividade, parceria e qualidade educacional, pois assim se pode contribuir com o desenvolvimento do processo educativo.

Na articulação pedagógica com uma visão de trabalho conjunto, todos sabem o que está sendo desenvolvido com os alunos das diversas séries /anos e estas andam juntas numa proposta de ação coletiva. Nesta perspectiva os ganhos pedagógicos são grandes e permitem o acesso ao conhecimento de forma mais elaborada, democrática e produtiva.

Borssoi (2008, p. 3) defende que “o trabalho pedagógico deve (ou deveria) ser desenvolvido em coletivo, porque todos os educadores precisam saber o que se passa na escola”, desta forma a proposta de trabalho se torna algo que pertence ao grupo. Esta mesma autora referenda Placco (2002 apud BORSSOI, 2008, p 4) ao complementar que “a presença do coordenador pedagógico na escola desenvolve ações de parceria, articulação, formação, informação, ajuda e orientação”. Sendo assim, o trabalho se torna mais participativo e de qualidade, pois o grupo se apropria de uma condição de pertencimento à escola a à sua proposta.

Vasconcellos (2006) defende o trabalho do coordenador como colaborador do processo educativo sob uma “dinâmica de interação” as quais contribuem para o avanço da prática pedagógica. Sendo assim, a atitude de acolhimento deste profissional gera confiança, pois há o reconhecimento da realidade pela qual passa o professor, a sua contribuição com a crítica desta realidade, levando este educador a perceber a sua participação nos problemas enfrentados, os quais vão auxiliar nesta dinâmica de transformação. A busca por alternativas e propostas educativas que promovam o avanço e qualidade, bem como o acompanhamento das atividades planejadas, são atitudes que geram confiança e parceria na efetivação do trabalho pedagógico.

Nesta dinâmica de aprendizagens, tanto para educadores quanto para alunos, a escola desempenha um papel de formadora na produção de indivíduos mais conscientes, compromissados e ativos em práticas sociais e cidadãs, bem como frente aos desafios a serem enfrentados no cotidiano da vida. Pois como afirma Orsolon (apud ALMEIDA & PLACCO, 2001, p. 18):

A escola, espaço originário da atuação dos educadores, mantém uma relação dialética com a sociedade: ao mesmo tempo em que reproduz, ela transforma a sociedade e a cultura. Os movimentos de reprodução e transformação são simultâneos. As práticas dos educadores, que ocorrem na escola, também se apresentam dialéticas, complexas. Desvelar e explicitar as contradições subjacentes a essas práticas são alguns dos objetivos do trabalho dos coordenadores, quando planejado na direção da transformação (apud ALMEIDA & PLACCO, 2001, p. 18).

Para tanto as inovações que ocorrem no ambiente educativo contribuem para que a comunidade escolar possa avançar e ter uma mudança em seus paradigmas, consolidando assim, um trabalho de transformação e de compromisso com o homem e, logo, com o meio ao qual está inserido. As demandas administrativas não podem perpassar as questões pedagógicas da instituição, não que sejam menos importantes, visto que estas organizam o trabalho, porém é na sala de aula que tudo acontece e quando o pedagógico não vai bem a escola não cumpre com a sua principal função: educar.

6. Práticas socioambientais e a formação continuada nas escolas

A formação do sujeito para a consciência ecológica perpassa os muros da escola, porém é neste espaço que se estabelecem também o conhecimento e os comportamentos

humanos. A mudança das práticas dos indivíduos se dá a partir da valorização da educação socioambiental e a luta por um projeto de sociedade que contemple ações positivas e promova qualidade de vida.

Carvalho (2012, p. 65) propõe que se forme o sujeito ecológico e para tanto deve haver “um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros neste mundo”. Este ser em formação representa o ideal para uma sociedade em desenvolvimento e consciente de suas ações.

Para Carvalho (2012, p. 69):

Contribuir para a constituição de uma atitude ecológica caracteriza a principal aspiração da EA. É por isso que ela traz consigo potencial para alimentar esse ideal de sujeito ecológico, ao mesmo tempo em que opera como importante mediação, pela qual esse ideal vai sendo transformado em experiências concretas de identificação e subjetivação de indivíduos e coletividades (CARVALHO, 2012, p. 69).

A autora ainda complementa que a Educação Ambiental contribui na formação do ser e oferece ambiente de aprendizagem nas áreas individual e social, que vai além da aquisição dos conteúdos e informações, mas tem como consequência o desenvolvimento do ser humano, no qual se institui “novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos” (CARVALHO, 2012).

O ambiente educativo faz parte desta dinâmica de aprendizagem e desenvolve-se por meio de relações sociais, sensibilidades face às necessidades dos seres, capacidades cognitivas e a leitura de mundo. O processo educativo que envolve a EA se consolida de acordo com duas noções: a naturalista, que faz uso dos conhecimentos da Biologia ou das Ciências Naturais; e a sociobiodiversidade, que busca a interação entre a biodiversidade – vida natural – e a sociodiversidade – grupos sociais e suas culturas (CARVALHO, 2012).

Desta forma o processo educativo representa uma maneira de conceber a aprendizagem por meio da relação entre teoria e prática, voltada para a formação de indivíduos mais conscientes, participativos e ativos na dinâmica social. A escola como veículo importante neste processo, necessita estar preparada para promover uma Educação Socioambiental de fato e para tanto deve atender as expectativas de mudança.

O espaço da coordenação nas escolas representa um momento de discussão, reflexão e ampliação de conhecimentos, os quais contribuem na organização da dinâmica educativa da instituição. A estes momentos acopla-se a formação continuada como possibilidade de

aprendizagens para a comunidade escolar. Cria-se uma rede de intenções ao se tratar da formação dos educadores para estes implementarem suas ações e alcançarem os objetivos educativos junto aos alunos e consequentemente à comunidade.

Almeida e Placco (2013, p. 12) define que “é no contexto do trabalho do professor que se deve investir, instituindo uma dinâmica formativa visando à escola como um todo”. Desta forma a formação passa a ser centrada na escola, ou seja, parte das necessidades percebidas e da premissa de se atender as características de cada realidade.

Estas mesmas autoras defendem que (ALMEIDA & PLACCO, 2013, p. 12)

Quando os processos formativos levam em consideração que cada escola tem uma história, uma cultura, uma identidade própria e que os profissionais que nela habitam também são sujeitos que trazem uma bagagem acumulada nos diferentes meios pelos quais passaram, têm maior possibilidade de sucesso. Tanto mais se considerarem que as intervenções devem envolver toda a instituição escolar, e não apenas professores desta ou daquela disciplina (ALMEIDA & PLACCO, 2013, p. 12).

Sendo assim o espaço da coordenação pedagógica representa momento para contribuir na formação do profissional da educação, tornando-se um processo em rede onde todos somam suas experiências e contribuem para a mudança na organização do trabalho pedagógico. Almeida e Placco (2013) afirmam que neste processo todos ganham, tanto professores quanto alunos e completa que:

[...] uma proposta coletiva gestada na escola, para atender à sua singularidade, às suas necessidades, aos seus recursos, contando com o apoio de literatura especializada e da contribuição da expertise de pessoas de dentro e de fora da escola, pode levar a uma aprendizagem de sucesso para alunos e professores (ALMEIDA & PLACCO, 2013, p. 23).

Nesta dinâmica de formação e aprendizagem o coordenador dispõe de função importante, pois representa um dos membros responsáveis por esta questão no contexto escolar, desenvolvendo um papel de parceria e articulação do trabalho pedagógico rumo à qualidade de aprendizagem dos educandos.

Gouveia e Placco (apud ALMEIDA & PLACCO, 2013, p. 72) defendem que:

A melhoria da qualidade da escola pública não é fruto de ação isolada, externa e pontual de formação. Ao contrário, pressupõe um conjunto de ações interligadas, envolvendo os diversos atores que compõem o cenário educativo. Os coordenadores são responsáveis pela formação, porém não podem assumir essa tarefa sozinhos (ALMEIDA & PLACCO, 2013, p. 72).

Todos os sujeitos envolvidos no processo educativo são responsáveis pela proposta de trabalho da escola e colaboradores na dinâmica de aplicação do projeto da instituição.

Muitas discussões acerca da qualidade educacional estão em foco, porém também é necessário que a escola contemple as questões que envolvam o tema Educação Socioambiental de fato.

A formação continuada promovida na Secretaria de Educação contempla a questão ambiental, com o intuito de formar educadores ambientais. Na tentativa de atender a temática Socioambiental foi lançado em 2012 o Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Carlos Mota, que apresenta em suas diretrizes três eixos “a cidadania, a diversidade e a sustentabilidade humana”, as quais norteariam a proposta pedagógica das escolas (GDF, 2012).

Porém a questão socioambiental vai além de se lançar projetos. A causa tem que ser abraçada e concebida a partir da consciência da necessidade de mudança, não somente com uma visão naturalista do meio ambiente, mas de qualidade de vida dos seres humanos, para que estes possam assumir uma postura de cuidado e tenha também suas necessidades básicas atendidas. Pois como afirma Carvalho (2012, p. 129-130):

Os problemas ambientais ultrapassam a especialização do saber. Para confirmar essa asserção, basta pensar em alguns dos mais conhecidos, como: a) o aquecimento global e os desequilíbrios climáticos; b) a poluição dos rios e mananciais, que tem diminuído a oferta de água potável e gerado graves consequências para a saúde, como no caso da contaminação de rios e represas; c) os organismos geneticamente modificados (transgênicos), cujos riscos para o meio ambiente e para a saúde humana ainda estão longe de ser compreendidos plenamente. Contudo, para intervir nos riscos ambientais ou para gerir o ambiente, de modo que tais riscos sejam evitados, é preciso compreender os complexos processos biológicos, geográficos, históricos, econômicos e sociais geradores desses problemas (CARVALHO, 2012, p. 129-130).

Desta forma o investimento deve ocorrer o preparo dos profissionais das diversas áreas para que possam trabalhar em equipe na formação de um ser mais cooperativo e compreensivo da realidade vivida e que possam construir o conhecimento voltado para práticas socioambientais e vislumbrar a recuperação do planeta.

METODOLOGIA

1. Proposta Metodológica

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência do coordenador pedagógico no desenvolvimento de práticas que contribuam para uma Educação Socioambiental no contexto de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal. A escolha da abordagem qualitativa se deu por esta representar a mais adequada para este tipo de investigação no campo das ciências humanas e sociais (DESLANDES, 2007).

O processo de construção do conhecimento apresenta-se de forma dinâmica, construtiva. Rey (2005, p. 5) o considera como “produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta”. Visto que neste percurso se estabelecerá a relação das percepções do investigador e a realidade investigada. Nesta perspectiva este tem a possibilidade de expressar sua visão, estando o sujeito ligado ao objeto.

O objeto de pesquisa das “Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”, como afirma Deslandes (2007, p. 20), visto que a realidade social é o foco a ser estudada, sua dinâmica, tanto coletiva quanto individual. Pois, para a autora, esta aborda o “conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados”, ou seja, no meio natural a ser estudado.

Deslandes (2007, p. 21) defende que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (DESLANDES, 2007, p. 21).

Sendo assim, esta forma de pesquisa contribui na construção de conhecimentos, partindo da prática cotidiana e produzindo significado à realidade social. Rey (2005, p. 7) afirma que:

O conhecimento é um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo (REY, 2005, p. 7).

A abordagem qualitativa nos permite ter uma visão ampla do objeto a ser estudado, visto que os questionamentos não tornam as percepções do pesquisado delimitada, pois contribui na liberdade e expressão da subjetividade do sujeito, de forma a se perceber a realidade social investigada. Sendo assim, o conhecimento se dará a partir do confronto entre as concepções do pesquisador e o ambiente investigado. Neste processo dinâmico os dados construídos ou apurados não se definem igualmente, pois o “conhecimento é uma construção” e não “algo que está pronto” (REY, 2005, p. 6).

Como estratégia de pesquisa pretende-se utilizar o estudo de caso para a compreensão do contexto real pesquisado. A esta se acopla os dados elencados no ambiente, bem como se sustenta por meio do referencial teórico. Pois este facilita a compreensão acerca do fenômeno em estudo. Para Yin (apud GODOY, 1995, p. 25) o estudo de caso:

[...] é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidências (apud GODOY, 1995, p. 25).

Por meio do estudo de caso podem-se organizar os dados a partir da vivência da realidade, buscando estabelecer relação entre a teoria e a prática. Godoy (1995, p. 26) defende que no estudo de caso:

[...] o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso (GODOY, 1995, p. 26).

A pesquisa foi pautada no diálogo com a fundamentação teórica e os dados coletados a partir da entrevista semiestruturada realizada com os coordenadores e dez por cento dos professores regentes da instituição investigada. A seleção deste quantitativo de professores se deu por haver pouco tempo destinado à aplicação e análise dos dados coletados. A escolha por estes dois grupos partiu da necessidade de se ter a percepção destes sujeitos quanto ao tema em estudo, tanto dos que auxiliam na organização do trabalho pedagógico, quanto dos que aplicam as atividades planejadas.

A escolha pela entrevista semiestruturada foi por esta representar uma forma de combinar perguntas abertas e fechadas, dando a possibilidade do entrevistador discorrer acerca do tema. Para Deslandes (2007, p.65) a entrevista pode:

[...] fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (DESLANDES, 2007, p. 65).

A entrevista semiestruturada permite delimitar a quantidade de informações, bem como direcionar para o tema pesquisado, tendo como foco os objetivos propostos. Ela possibilita a interação entre os sujeitos, pesquisador e pesquisado, dando abertura para uma troca mais efetiva entre ambos (BONI & QUARESMA, 2005).

Os dados coletados *in loco* permitiram a visão concreta e real do ambiente pesquisado, dados estes, por vezes imperceptíveis em outros instrumentos, os quais contribuem na consolidação da pesquisa, pois o pesquisador obtém respostas aos seus questionamentos.

2. O método

2.1 Histórico da Pesquisa

No primeiro momento houve a busca por material teórico que embasasse o estudo acerca da temática escolhida: O coordenador pedagógico na promoção de uma educação socioambiental no contexto de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal.

A seguir foi necessário delimitar o instrumento de pesquisa que se adequasse à abordagem qualitativa e atendesse aos objetivos estabelecidos. Então pensou-se na entrevista semiestruturada a ser aplicada aos coordenadores e à gestora, questionários para os professores e o uso da observação para complementar a percepção do objeto de pesquisa da instituição investigada.

Porém, após intervenção da tutora, foi percebido que este quantitativo de instrumentos seria inviável devido ao pouco tempo disponibilizado para a conclusão do estudo, chegando-se à decisão de ser utilizada apenas a entrevista semiestruturada que seria aplicada para os três coordenadores e dez por cento dos professores regentes da instituição, representado por três professores, os quais serão: um da Educação Infantil, um da

Alfabetização – 1º, 2º e 3º anos – e um do grupo do 4º e 5º anos. Desta forma englobando a Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais – que são atendidos na instituição pretendida.

Então a pesquisadora solicitou autorização junto à gestora da instituição para que esta permitisse a aplicação do instrumento aos funcionários que atendessem ao propósito da pesquisa. A escolha da escola teve como motivação a participação da pesquisadora no corpo de funcionários da entidade educativa, como Supervisora Pedagógica.

Logo a pesquisadora entrou em contato com os coordenadores e professores da escola para que fossem esclarecidos os objetivos da pesquisa e a sensibilização dos colegas em participar da entrevista. Os três coordenadores se dispuseram em participar e acordou-se que houvesse o sorteio dos três professores a serem entrevistados.

A aplicação do instrumento foi prevista para os meses de outubro e novembro do corrente ano, porém devido ao movimento de greve dos professores ocorrido no período a entrevista ocorreu no mês de novembro.

2.2 Contexto

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública do Distrito Federal, a qual recebeu o nome fictício “Escola Saber”. A instituição localiza-se na Regional de Ensino de Ceilândia, no setor “P” Norte, onde atende alunos dos setores “P” Norte, QNQ, QNR, Expansão do Setor “O”, Ceilândia Norte e Setor Habitacional Sol Nascente. A escola possui alunos da Educação Infantil – 1º e 2º Períodos – e Ensino Fundamental – anos iniciais.

Esta Unidade de ensino foi inaugurada em 10 de agosto de 1981, funcionando a princípio com turmas de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental de 08 anos. A partir de 1985 foi inserido o atendimento de aos alunos de 5ª à 7ª séries, bem como o antigo Supletivo – Fases I, II e III (hoje conhecido como EJA – Educação de Jovens e Adultos), no turno noturno. Em 2005 a escola passou a ofertar apenas Educação Infantil – 1º e 2º Períodos – e Ensino Fundamental de 9 anos – anos iniciais, conservando este tipo de atendimento até os dias atuais.

A escola mantém suas características na estrutura física, pois não passou por grandes reformas durante seu período de funcionamento, sendo adaptada ao longo dos anos para que

pudesse se tornar mais acessível aos alunos com necessidades educacionais especiais, os quais foram inclusos a partir do ano de 2005.

Atualmente a instituição atende 843 alunos, distribuídos em 36 turmas, sendo que estas são alocadas nos horários do matutino e vespertino, sob o total de 18 turmas por turno. Desta forma atende-se 02 turmas de 1º Período, 03 de 2º Período, 02 Classes Especiais, 05 – 1º anos, 05 – 2º anos, 07 – 3º anos, 06 – 4º anos e 06 – 5º anos. Dentre estas turmas 04 são de integração inversa e 12 reduzidas por contemplarem alunos com necessidades especiais (ANEs) e transtornos. As especificidades dos ANEs são Deficiência Intelectual, Deficiência Física (altas necessidades e médias necessidades), Down, Deficiência Auditiva (severa), Paralisia Cerebral e Transtorno Global do Desenvolvimento – Autismo, sob um total de 22 alunos. Já os transtornos se caracterizam por Transtorno de Conduta, Transtorno Déficit de Atenção / Hiperatividade e Distúrbio do Processamento Auditivo Central, obtendo um total de 26 alunos neste grupo.

O corpo de funcionários é composto por uma diretora, uma vice diretora, uma supervisora pedagógica, um apoio administrativo, uma secretária, uma auxiliar de secretaria, trinta e seis professores em regência de classe, três coordenadores, duas pedagogas, uma psicóloga, uma psicopedagoga em sala de recursos, uma professora readaptada e duas auxiliares readaptadas na sala de leitura, uma porteira, quatro vigias, oito auxiliares em educação de conservação e limpeza – uma em atestado médico – e três merendeiros da empresa Confere.

2.3 Procedimentos éticos para a participação na pesquisa

A princípio solicitou-se a autorização do corpo de gestores da escola para a aplicação da pesquisa. Após, na coordenação pedagógica foi apresentado aos colegas os objetivos da pesquisa e solicitada a participação destes nas entrevistas.

Foi esclarecido que haveria a necessidade de gravarmos a entrevista, porém seria resguardada a identidade dos participantes, pois o que interessava à pesquisadora seriam as percepções dos sujeitos quanto ao tema em estudo.

Acordamos que para termos acesso às percepções do grupo acerca da atuação do coordenador pedagógico na promoção de uma educação socioambiental no contexto da

escola, faríamos a pesquisa com os três coordenadores e um representante de cada ciclo de atendimento da instituição, totalizando dez por cento dos professores regentes (três), dentre os quais um faz parte da Educação Infantil (1º e 2º períodos), um da Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e um do Segundo Ciclo (4º e 5º anos).

As entrevistas foram marcadas e realizadas conforme a disponibilidade de horários dos entrevistados, no período de 27 de outubro a 11 de novembro de 2015, sendo que os professores marcaram nos horários de coordenação pedagógica.

2.4 Os sujeitos pesquisados

Participaram da pesquisa um total de seis pessoas, dentre elas três coordenadores e três professores. Esta escolha se deu por se considerar importante apreender as diferentes visões e opiniões dos sujeitos que contribuem na organização do trabalho pedagógico e os responsáveis em aplicar as ações planejadas.

- Caracterização dos sujeitos pesquisados – Coordenadores

Número	Sujeito	Área de Atuação	Tempo de experiência como docente	Tempo de experiência como coordenador	Cursos de formação em Educação Ambiental / Socioambiental
01	A	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	12 anos	03 anos	----
02	B	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	16 anos	02 anos	----
03	C	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	25 anos	06 anos	----

- Caracterização dos sujeitos pesquisados – Professores

Número	Sujeito	Área de Atuação	Tempo de experiência como docente	Ano de Atuação	Cursos de formação em Educação Ambiental / Socioambiental
01	D	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	06 anos	Educação Infantil	-----
02	E	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	07 anos	5º ano – Ensino Fundamental	-----
03	F	Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)	15 anos	3º ano – Ensino Fundamental (Alfabetização)	-----

2.5 Instrumentos

O principal instrumento utilizado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada aplicada aos coordenadores e professores regentes da instituição. A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro com doze perguntas elaboradas a partir da proposta da pesquisa, tendo a possibilidade de inserir mais algumas, conforme a necessidade.

A entrevista foi realizada na sala da orientação educacional, por este ambiente estar disponível, devido a falta deste profissional na instituição, para que pesquisador e pesquisado pudessem ficar mais à vontade no momento desta atividade, bem como não houvesse interrupções.

As questões elaboradas envolvem o entendimento que o pesquisado tem acerca da Educação Socioambiental, a contribuição das diretrizes do currículo para o desenvolvimento

da temática nas escolas, as ações e projetos que atendem ao proposto, bem como o papel do coordenador no desenvolvimento da Educação Socioambiental na instituição pesquisada.

2.6 Procedimentos para aplicação da entrevista

A entrevista necessitou de três dias para a conclusão. O tempo para cada entrevista foi livre para que cada pesquisado pudesse expressar suas opiniões acerca do tema em estudo.

Houve atraso no início da entrevista devido ao movimento de greve dos professores da rede pública de ensino, porém com o retorno de 80% dos funcionários foi possível realizar a entrevista nos dias 04, 05 e 11 de novembro.

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes das entrevistas para colher as assinaturas dos participantes.

2.7 Procedimentos de análise

A princípio as entrevistas foram transcritas para facilitar a análise, sendo lidas e relidas pela pesquisadora, a qual resolveu separar esta atividade em três níveis: a visão dos coordenadores, a visão dos professores e o diálogo entre as percepções dos entrevistados e a fundamentação teórica da pesquisa.

Tanto para os coordenadores quanto para os professores o instrumento foi separado em temas, os quais envolviam quatro aspectos: conceituais e fundamentos legais; educacionais; profissionais; e pedagógicos.

A partir desta separação, buscou-se selecionar as falas significativas dos sujeitos pesquisados na entrevista para um estudo mais aprofundado;

Desta forma foi possível realizar análise dos temas abordados, ressaltando-se os aspectos relevantes na fundamentação teórica da pesquisa, juntamente com as respostas dos sujeitos pesquisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os registros dos dados pesquisados com os coordenadores e professores da instituição permitiram uma análise mais aprofundada das percepções dos sujeitos participantes acerca do tema em estudo. A princípio os registros foram separados em níveis para que se tivesse maior compreensão e análise da realidade encontrada. Depois buscou-se discutir estes resultados, levando em consideração as percepções dos sujeitos a respeito do tema pesquisado, fazendo-se a relação com a fundamentação teórica.

1. Primeiro nível de análise

As respostas dos sujeitos pesquisados foram agrupadas em quatro blocos temáticos: aspectos conceituais e fundamentos legais; aspectos educacionais; aspectos profissionais; e aspectos pedagógicos.

1.1. A percepção dos Coordenadores

Sujeito	Atuação	Experiência como docente	Experiência como coordenador	Cursos em Educação Ambiental/Socio ambiental
A	Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais	12	03	—
B	Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais	16	02	—
C	Educação Infantil e	25	06	—

	Ensino Fundamental – anos iniciais			
--	---------------------------------------	--	--	--

a) Aspecto conceitual e fundamentos legais – Educação Socioambiental

Ao se questionar acerca do conceito da Educação Socioambiental, o interesse era detectar as concepções dos sujeitos acerca do tema abordado. Em suas respostas a definem como:

- A:** “Eu entendo por Educação Socioambiental tudo que envolve o ambiente e suas relações com ser humano, já que o mesmo é parte integrante do mesmo.”
- B:** “Entendo por Educação Socioambiental as relações que o homem estabelece entre si e com a natureza, os animais, as plantas, enfim, com o planeta. É necessário compreender que o ser humano faz parte do meio ambiente e não é o dono do mesmo. Quando o homem equivocadamente acha que não pertence ao meio ambiente, ele começa a estabelecer relações de exploração tanto com o seu semelhante, quanto com o planeta. É a exploração do homem pelo homem e do homem com o meio ambiente. É um ciclo vicioso de autodestruição. Explora-se os recursos naturais sem nenhuma preocupação com o impacto ambiental e com a escassez de água, por exemplo. O que vemos é o lucro acima de tudo, o capitalismo selvagem, a mão-de-obra barata que sustenta uma minoria rica e faz com que a grande maioria se torne cada vez mais pobre. Alimenta-se o consumismo e a destruição da natureza.”
- C:** “Bem, é o processo educativo que conscientiza para a preservação do meio ambiente.”

Quanto ao conhecimento dos fundamentos legais que envolvem a Educação Socioambiental buscava-se perceber em que medida o tema era tratado, divulgado e percebido no ambiente da escola. Então as respostas dos sujeitos foram:

- A:** “Não.”
- B:** “Não conheço.”
- C:** “Não.”

b) Aspecto educacional – Diretriz e Currículo

Ao ser questionado acerca das Diretrizes Curriculares do Distrito Federal sobre o tema em estudo o objetivo era identificar a possibilidade de contribuição destas perspectivas educacionais no trabalho com a Educação Socioambiental dentro da escola. Então os pesquisados forneceram as seguintes respostas:

A: “Acredito que o fato de ser mencionada a Educação Socioambiental nas diretrizes, não faz com que a escola trabalhe este assunto. Porque o próprio Currículo, se não me engano, não aborda este tema e sim Educação para a Sustentabilidade, não que este não faça parte da Educação Socioambiental, mas creio que os professores, em sua maioria desconhecem a temática.”

B: “Não acredito que apenas no campo das Ciências Naturais e Ciências Sociais você consiga contribuir para que haja Educação Socioambiental na escola. É preciso bem mais do que isso. É necessário inicialmente uma mudança cultural em nossa sociedade como um todo. É claro que a escola tem um papel fundamental neste aspecto de formadora, problematizadora das questões socioambientais, mas é necessário ter um envolvimento das outras instituições da nossa sociedade.”

C: “Sim. Ocorre com projetos temáticos.”

Quanto ao tratamento da Educação Socioambiental como tema transversal e interdisciplinar os coordenadores a percebem como:

A: “Acredito que seja uma forma das escolas começarem a trabalhar o assunto. Já que ele é trabalhado separadamente. A questão ambiental de um lado e a questão social de outro. Acho que é necessário uma formação, um curso na área para que seja repassado aos profissionais e dessa forma, possa ser elaborado um projeto.”

B: “Trabalhar a Educação Socioambiental como tema transversal e interdisciplinar, teoricamente seria um avanço em relação à mesma ser tratada apenas como disciplina, nem sei se como disciplina ela é tratada na escola. Precisamos de ações efetivas que consigam tornar a Educação Socioambiental relevante em nossas escolas. Antes de tudo é necessário uma formação sistematizada e qualificada que atende não somente aos professores, mas a toda comunidade escolar. É fundamental que toda a comunidade escolar esteja engajada, lembrando que a escola sozinha, sem a ajuda de outras instituições, não transforma a sociedade.”

C: “Não tenho conhecimento.”

c) Aspecto profissional – O coordenador

Ao questionar-se como a coordenação pedagógica pode contribuir na promoção da Educação Socioambiental, o objetivo era evidenciar a percepção do coordenador quanto ao desempenho do seu papel nesta perspectiva. Em suas respostas esclareceram que:

A: “Acredito que após uma formação acerca do assunto poderemos incentivar e sugerir atividades e ações que possam fazer com que a Educação Socioambiental de fato surja e permaneça na escola.”

B: “Teoricamente coordenando ações, principalmente com os professores, que promovam de fato a Educação Socioambiental. Trazendo ideias, promovendo grupos de estudos, contribuindo nos projetos desenvolvidos com este tema. Digo teoricamente, porque infelizmente a Educação Socioambiental ainda não está presente de fato em nossas escolas.”

C: “Acredito que quando busca promover situações de aprendizagem onde envolva-se a comunidade escolar a conscientizar-se em Reduzir, Reutilizar e Reciclar, os 3 Rs. Por exemplo, promover a utilização das lixeiras para reciclagem em parceria com Associações

que poderiam realizar palestras, recolher o lixo coletado e desenvolver oficinas com alunos, professores e comunidade.”

As visões quanto ao coordenador estar conseguindo atender às perspectivas da Educação Socioambiental, os sujeitos pesquisados relatam que:

A: “Não. Por falta de conhecimento. Na verdade já tentamos criar um projeto de reeducação, no que se refere à separação do lixo, mas não deu muito certo porque a escola, em sua maioria, não estava envolvida.”
B: “Não tem atendido. Como já falei na resposta anterior, a Educação Socioambiental ainda não faz parte da nossa realidade.”
C: “Não tem.”

Quanto à possibilidade de desenvolver uma proposta de trabalho que atenda a Educação Socioambiental, os coordenadores defendem que:

A: “Primeiramente deve haver formação para os profissionais, que repassarão para a comunidade escolar, alunos, demais colegas, pais, auxiliares e direção. Posteriormente com a elaboração de um projeto em que a comunidade escolar abrace a causa e todos falem a mesma língua, possa haver uma efetivação da Educação Socioambiental na escola.”
B: “Só será possível se constituída dentro da comunidade escolar, com o comprometimento e engajamento de todos,”
C: “Acho que com projetos que envolva toda a escola, sempre produzindo reflexões e experiências desde cedo nas crianças, visando constituir formas de minimizar os impactos ambientais.”

d) Aspecto pedagógico – Práticas Socioambientais

Ao se questionar quanto à oferta de cursos na área de Educação Socioambiental na rede de ensino do DF para os funcionários, os pesquisados afirmam que:

A: “Que eu tenho conhecimento não. Mas curso com o tema Educação Ambiental já foi ofertado algumas vezes.”
B: “Acredito que não. Se há, desconheço.”
C: “Não conheço. Já vi Educação Ambiental somente.”

Quanto ao tema estar mais presente na dinâmica da escola, bem como os momentos em que mais se aborda, os sujeitos pesquisados defendem que:

A: “Acho que não. Percebo que a Educação Ambiental está presente nas escolas, mas não de forma efetiva. Poucos profissionais trabalham o tema e quando o fazem, percebo que é de forma isolada. A escola não se envolve como um todo.”
B: “O tema Educação Socioambiental não está presente nas escolas. O que vemos são ações fragmentadas neste sentido. Trabalha-se preservação do meio ambiente, reciclagem de lixo, coleta seletiva, mas não se trabalha o consumo desenfreado e o que isso gera de impacto ao meio ambiente, ao aumento da produção de lixo, não existe nenhuma política pública de

recolhimento de lixo eletrônico, de descarte de pilhas e baterias. Não existe uma fiscalização efetiva e nenhuma preocupação se os móveis que estão no mercado são provenientes de empresas que se preocupam com o reflorestamento e se são oriundos de uma área de desmatamento ilegal. Enfim, observa-se um trabalho fragmentado e superficial nas escolas, que de longe abordam alguns aspectos da Educação Socioambiental.”

C: “Não está presente como deveria, pois este tema ainda é estudado. Mas somente em algumas disciplinas específicas.”

Ao se questionar quanto às práticas socioambientais que se efetivam na escola, se estas atendem às perspectivas da Educação Socioambiental e o alcance dos objetivos, os coordenadores afirmam que:

A: “Percebo que nenhuma. No que se refere aos alunos não conseguem manter a escola limpa, não possuem hábitos de conservação e não se reconhecem como seres integrantes do ambiente, mas como donos do mesmo. Os próprios funcionários, não zelam pelo ambiente que fazem parte, por exemplo, ‘não fui eu quem sujou, por que devo limpar?’ Falta conscientização tanto da parte dos alunos, mas principalmente de nós, enquanto educadores.”

B: “Temos práticas sociais e práticas ambientais fragmentadas que muitas vezes nem se comunicam. São ações isoladas do contexto socioambiental, por exemplo, trabalha-se que devemos jogar o lixo no lixo, papel de balinha, pirulito, a caixinha do suco, mas não se preocupa e trabalha que se comprar balinha, pirulito, suco em caixinha todo dia, além de prejudicar a saúde, estou aumentando desnecessariamente o lixo produzido e enriquecendo uma indústria que não se preocupa com a alimentação da população. Nem a coleta seletiva nós fazemos, e olha que enquanto coordenadores tentamos implementar a coleta seletiva em nossa escola, algo básico e não obtivemos êxito.”

C: “Não tem.”

Sabe-se que a questão socioambiental envolve diversas questões como natureza, sociedade e cultura, desta forma quando questionados acerca da oferta de uma Educação Socioambiental de impacto na comunidade escolar, bem como de que forma deve ou é desenvolvida dentro da escola, os coordenadores defendem que:

A: “Não há, como já disse anteriormente, deve haver uma formação acerca da temática e um projeto que envolva toda a comunidade escolar. Deve ser elaborado em conjunto. A temática tem que ser inserida no Projeto Político Pedagógico da escola.”

B: “Como já disse a escola não desenvolve uma Educação Socioambiental de fato. Há momentos de discussão.”

C: “Não tem. Tem que ter projetos que envolva toda comunidade escolar.”

Acerca da sustentabilidade foi questionado se a escola possui algum projeto que atenda ao tema e como é desenvolvido. Caso haja buscou-se evidenciar quais atendem à temática. Então os coordenadores pedagógicos afirmam que na dinâmica da instituição:

A: “Vejo que a questão da sustentabilidade é trabalhada de forma isolada por alguns professores, Não há um projeto acerca do tema. Há alguns anos esta temática faz parte do Projeto Político Pedagógico da escola, mas a comunidade e os próprios profissionais envolvidos não trabalham o assunto com tanto fervor. Só o fazem se tiver que expor trabalhos em festas, feiras ou fóruns promovidos pela escola ou regional, por meio da

cobrança sistemática da Direção, Supervisão e Coordenação Pedagógica da escola.”

B: “Não há um projeto específico que atenda a temática de sustentabilidade, apesar deste tema estar no Projeto Político Pedagógico da escola.”

C: “Não tem.”

2. Segundo nível de análise

2.1. A percepção dos Professores

Sujeito	Atuação	Experiência como docente	Ano de atuação	Cursos em Educação Ambiental/Socioambiental
D	Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais	06	Educação Infantil	—
E	Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais	07	5º ano	—
F	Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais	15	3º ano	—

a) Aspecto conceitual e fundamentos legais – Educação Socioambiental

Ao se questionar acerca do conceito da Educação Socioambiental para os professores, o interesse era detectar as concepções destes sujeitos acerca do tema abordado. Os pesquisados afirmam que:

D: “Educação Ambiental deve partir da premissa relação homem / natureza, desde quando era subsídio de sobrevivência até os dias de hoje, do âmbito preservacionista. Vale ressaltar o homem como agente de transformação do ambiente tanto positivamente quanto negativamente. Esta relação com o meio e sua reflexão acerca de questões ambientais visa promover o aprimoramento do indivíduo como ser humano.”

E: “Conscientização e responsabilidade com o meio ambiente. Praticar cidadania”

F: “Entendo por educação socioambiental como sendo atitudes de respeito e preservação dos recursos naturais do planeta. Acredito que seja uma alfabetização ambiental, compreender que os recursos do nosso planeta sejam findáveis.”

Quanto a conhecer os fundamentos legais da Educação Socioambiental buscava-se perceber em que medida era abordada na escola, bem como a familiaridade com a temática. As respostas dos sujeitos foram:

D: “Deve ser abordada como tema interdisciplinar ou tema transversal.”

E: “Não.”

F: “Não.”

b) Aspecto educacional – Diretriz e Currículo

Buscar evidenciar o conhecimento acerca das Diretrizes Curriculares do Distrito Federal sobre o tema em estudo o objetivo era identificar a possibilidade de contribuição destas no trabalho com a Educação Socioambiental. Os professores afirmam que:

D: “Sim, pois possibilita conhecer especificamente diferentes tipos de habitats, animais, vegetação, entre outros.”

E: “Sim. Abordando temáticas que colaborem para o senso crítico das crianças e demonstre responsabilidade e cidadania nas suas ações.”

F: “Não sei se é correto, mas acredito que ao ser abordado como parte de uma disciplina, o tema acaba tendo um enfoque resumido, sendo somente conteúdo do bimestre, não havendo um melhor aprofundamento do tema, deste modo não há como denotar mudanças nas atitudes dos discentes.”

Quanto ao tratamento da Educação Socioambiental como tema transversal e interdisciplinar e não como disciplina com o intuito de contribuir na formação dos indivíduos, os professores defendem que:

D: “Sim. Partindo das vivências do aluno sobre a questão ambiental a escola e o professor, enquanto mediadores deverão promover a amplitude da visão ecologista como prática pedagógica de diálogo democrático.”

E: “Sim, e muito. As crianças necessitam compreender as consequências das ações humanas e a importância de praticar cidadania.”

F: “Suponho que sim, pois assim o deixará de ser um ensino fragmentado. Ao ser debatido em todos os âmbitos escolares, acredito que a compreensão do tema será mais eficaz.”

c) Aspecto profissional – O coordenador

Quando questionado como a coordenação pedagógica poderia contribuir na promoção da Educação Socioambiental, o objetivo era evidenciar a percepção dos professores quanto ao desempenho deste profissional nesta perspectiva. Em suas respostas esclareceram que:

D: “Desenvolvendo um trabalho coordenado com os professores na criação de ações integradas com a comunidade escolar para estabelecer o desenvolvimento de atividades que abordem a temática.”
E: “Promovendo projetos com temática interdisciplinar.”
F: “Auxiliando os docentes a desenvolverem projetos voltados para o tema.”

As visões quanto ao coordenador estar conseguindo atender às perspectivas da Educação Socioambiental na escola, os sujeitos pesquisados relatam que:

D: “Acredito que hoje o coordenador tem tido muitas outras atribuições que impossibilitam o desenvolvimento deste tipo de ação.”
E: “Não.”
F: “Na medida do possível, creio que sim. Apesar do tema não ser amplamente desenvolvido na escola”

Quanto à possibilidade de desenvolver uma proposta de trabalho que promova a Educação Socioambiental no ambiente da escola, os professores afirmam que:

D: “Por meio de uma aprendizagem global e atual, que atinja desde a reflexão crítica acerca de utilização de recursos naturais e de sustentabilidade. Pode-se utilizar de recursos como projetos, atividades e outros.”
E: “Aproveitando temáticas cotidianas e aliando aos conteúdos, sempre demonstrando exemplos.”
F: “Acredito que os educandos valorizariam muito mais o tema quando percebessem atitudes de preservação e sustentabilidade dentro da escola, pois não adianta falar sobre cuidados com a água, sendo que o que se vê é o desperdício. A escola precisa desenvolver projetos que desenvolvam nas crianças atitudes de respeito. Os discentes precisam compreender que fazem parte da natureza, e como tal devem cuidar.”

d) Aspecto pedagógico – Práticas Socioambientais

Ao questionar-se a oferta de cursos na área de Educação Socioambiental na rede de ensino do DF, os pesquisados afirmam que:

D: “Tem.”
E: “Não. Desconheço.”

F: “Não tenho conhecimento de nenhum curso no momento voltado para o tema.”

Quanto à presença do tema na dinâmica da escola e os momentos em que a Educação Socioambiental é mais abordada, os sujeitos acreditam que:

D: “Quando se adquire uma prática educativa integrada, abordando a relação entre individualidade e coletividade de hábitos e atitudes. Ocorrem nas saídas de campo e confecções de horta e compostagem.”

E: “Sim, principalmente nas Ciências da Natureza e Sociais.”

F: “Apesar de ainda ser tratada de maneira superficial, acredito que a temática esteja bem mais presente no ambiente escolar do que há alguns anos atrás. Creio que os momentos em que se abordam o tema em questão são quando trabalhamos a utilidade e preservação da água, frisando a necessidade do uso racional da mesma, a preservação do solo...”

Ao se questionar quanto às práticas socioambientais que ocorrem no espaço escolar e se contribuem no alcance dos objetivos voltados a esta temática, os professores afirmam que:

D: “A principal prática permeia em estabelecer e perceber o espaço e ambiente ao qual o aluno está inserido como ponto de reflexão e participação.”

E: “A maioria ocorre durante as aulas de Ciências Naturais e Sociais. Contribuem algumas vezes, pois poucos alunos a praticam,”

F: “Como já foi dito, são poucos os momentos em que o tema é debatido e nem sempre surtem o efeito esperado.”

Quando questionados acerca da Educação Socioambiental ofertada na escola que promova impacto na comunidade escolar e de que forma deve ocorrer ou ocorre, os professores defendem que:

D: “Trazer problematizações acerca de impactos ambientais, econômicos e sociais, em perspectivas da formação do sujeito.”

E: “Às vezes. Deve acontecer por meio de projetos de conscientização de que nossas ações influenciam diretamente a sociedade e ambiente. Como exemplos: reciclagem, a importância de não sujar e poluir o ambiente.”

F: “Não. A escola não desenvolve Educação Socioambiental. A escola e os órgãos competentes precisam desenvolver projetos que eduquem a comunidade, projetos mudanças de atitudes. Projetos como reciclagem do lixo, com coleta seletiva, captação de água da chuva... Suponho que muitas propostas possam ser desenvolvidas nas escolas, desde que sejam projetos sérios, com objetivos bem definidos, não apenas como conteúdo de um bimestre.”

Acerca da sustentabilidade foi questionado como é desenvolvido na escola e se possui algum projeto que atenda ao tema. Os professores afirmam que:

D: “Sustentabilidade tem sido abordada somente no âmbito de reutilização de recursos renováveis, no entanto, sustentabilidade discorre em um quesito global na amplitude que estabelece a criação de ações e medidas que visem a preservação e conscientização para uma Educação Socioambiental de eficácia e de efetividade.”

E: “Não ocorre.”

F: “Na verdade não vejo trabalhos voltados para o tema sustentabilidade sendo desenvolvido

na escola. Não de maneira eficaz. Fazemos alguns trabalhos de reciclagem, no máximo.”

3. Terceiro nível de análise

A partir das percepções dos sujeitos pesquisados, professores e coordenadores, foi possível uma análise mais profunda da realidade encontrada. Desta forma foi possível realizar o confronto das falas dos entrevistados e a pesquisa bibliográfica diante dos aspectos temáticos propostos.

3.1. Aspecto conceitual e fundamentos legais – Educação Socioambiental

Diante das falas dos sujeitos pesquisados, tanto os coordenadores quanto os professores, foi possível perceber que a visão que estes possuem acerca da Educação Socioambiental fundamenta-se na questão naturalista, a qual define relações de uso do meio ambiente, buscando a sua preservação, porém não contemplando as questões relacionadas à sobrevivência, necessidades básicas e subsistência do ser, bem como as realidades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas que envolvem o desenvolvimento mundial. Vale destacar que esta situação influenciou e influencia a educação ministrada dentro das escolas, a qual deveria ser contemplada não somente a situação do ambiente natural, mas o social, cultural e humano. Na busca de novas perspectivas educativas Carvalho (2012, p. 34) defende que devemos renovar nossa visão de forma a “desnaturalizar os modos de ver que tínhamos como óbvios. Podemos fazer isso questionando conceitos já estabilizados em muitos campos da experiência humana, criando, desta maneira, espaços para novos aprendizados”.

Então ao definir a Educação Socioambiental os coordenadores a trataram como: A- “envolve ambiente e suas relações com o ser humano”; B- “relações que o homem estabelece entre si e com a natureza”; C- “processo educativo... para a preservação do meio ambiente”. Os professores complementam seguindo a mesma linha de pensamento naturalista: D- “relação homem/natureza”; E- “conscientização e responsabilidade com o meio ambiente”; F- “atitudes de respeito e preservação dos recursos naturais do planeta”.

Na perspectiva socioambiental a escola precisa desvincular-se desta visão somente naturalista como principal objeto a ser observado, levando-se também em consideração as

interações entre cultura e sociedade. Necessário se faz reconhecer que o meio ambiente engloba as relações naturais, sociais e culturais.

Nesta dinâmica o grupo deixou claro desconhecer os fundamentos da Educação Socioambiental. Sendo assim, demonstra que o tema não é tratado de forma efetiva no espaço da escola, o qual contribui na promoção de um trabalho de forma individual, fragmentada e superficial, gerando uma prática desvinculada de uma proposta coletiva, interdisciplinar, educativa e que busque alcançar toda a comunidade escolar e sua realidade.

3.2.Aspecto educacional – Diretriz e Currículo

A busca por evidenciar o conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental dentro da escola, bem como a percepção desta no Currículo em Movimento trabalhado na rede de ensino do DF, o objetivo foi perceber se da forma como tem sido tratada a instituição tem conseguido contribuir na formação dos alunos e da sua comunidade.

Para o grupo de coordenadores esta forma de trabalho não tem contribuído para uma visão socioambiental na escola. Em suas falas evidenciam a falta de conhecimento na área, o qual dificulta estas ações positivas dentro da instituição, que de certa forma não tem interferido na mudança cultural da comunidade escolar. Dados estes evidenciados em suas falas, como: A- “o fato de ser mencionada... não faz com que a escola trabalhe este assunto”; B- “creio que os professores, em sua maioria, desconhecem a temática”. Apenas um dos coordenadores defende que o trabalho é realizado e tem atendido às perspectivas: C- “com projetos”

Porém dois professores percebem que têm contribuído na formação dos educandos na perspectiva da Educação Socioambiental, vislumbrando um trabalho voltado para conhecer e preservar a natureza com responsabilidade, desempenhando um papel de cidadania e conscientização, D- “possibilita conhecer... diferentes tipos de habitats, animais, vegetação...”; E- “sim... temáticas que colaboram para o senso crítico”. Já um deles acredita que ao ser abordado apenas em uma disciplina o enfoque pode ser resumido, não operando sentido aos alunos, F- “não havendo um melhor aprofundamento do tema, deste modo não há como denotar mudanças”.

O currículo representa parte importante no desenvolvimento das atividades da escola, porém para ter sentido deve buscar ações que estejam relacionadas ao cotidiano do aluno, de sua comunidade, ou seja, a instituição precisa estar e fazer parte daquele grupo (MOREIRA, 2012).

A questão de a escola trabalhar a Educação Socioambiental como uma atividade transversal e interdisciplinar, na visão dos professores há a possibilidade de contribuir na formação dos seus alunos, pois desta forma há como se inserir a temática em todas as áreas do conhecimento a serem desenvolvidas na escola, pois para estes: D- “partindo das vivências... promover a amplitude da visão”; E- “de praticar a importância da cidadania”; F- “deixará de ser um ensino fragmentado”. Já para os coordenadores ainda é preciso haver uma formação mais efetiva acerca do tema para que haja realmente uma interdisciplinaridade, mas se percebe que: A- “uma forma das escolas começarem a trabalhar... necessário uma formação”; B- “seria um avanço... necessário uma formação sistematizada e qualificada... professores, mas toda comunidade”.

Então nota-se que para os coordenadores não há um trabalho voltado para a prática socioambiental, mas os professores acreditam que há e esta tem contribuído na formação do educando da forma como tem sido tratada dentro da escola. A contradição nas opiniões dos sujeitos evidencia a necessidade de se conhecer realmente a proposta da Educação Socioambiental e estabelecer um trabalho intencional com objetivos inseridos e viabilizados no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Embora a Educação Ambiental seja citada em vários documentos oficiais como os PCNs, Diretrizes Curriculares, Currículo das Escolas, Leis, Regimentos e Resoluções mesmo assim ainda não se efetivou no trabalho escolar. Como se percebe há contradições entre as visões dos coordenadores e dos professores, as quais evidenciam que o conhecimento ainda é falho, pois os conceitos se divergem ao definirem a Educação Socioambiental, bem como o que esta representa e significa.

Para Carvalho (2012, p. 80) a questão que se impõe nos estudos da Educação Socioambiental engloba a medida de valor que se define o trabalho nas escolas, pois “costumam ter grande peso os conhecimentos oriundos da biologia sobre o funcionamento dos ecossistemas, sobre aspectos de fauna, flora, recursos hídricos, entre outros”. Não se deve buscar negar a importância dos conhecimentos que envolvem as Ciências Naturais, mas não somente estes devem ser contemplados no trabalho educativo. Pois ao se correlacionar estes

conceitos às questões sociais e ambientais as aprendizagens se tornam mais significativas e a construção do conhecimento baseada na relação do sujeito com o mundo e na relação de pertencimento com este.

3.3. Aspecto profissional – O coordenador

O coordenador pedagógico representa mais um elemento na promoção da Educação Socioambiental no espaço escolar e a sua contribuição envolve situações de planejamento, aplicação, avaliação e reorganização do processo educativo. Na visão dos pesquisados, tanto professores como coordenadores, a função deste profissional relaciona-se basicamente na proposição de projetos e ações voltadas à temática em foco. Em suas falas esclarecem que o coordenador deve: A- “incentivar e sugerir atividades e ações”; B- “coordenando ações... trazendo ideias, promovendo grupos de estudos, contribuindo nos projetos”; C- “promover situações de aprendizagem”; D- “trabalho coordenado... ações integradas com a comunidade”; E- “Promovendo projetos”; F- “desenvolvendo projetos”.

Seguindo este pensamento, Almeida (2001, p. 22) defende que:

O coordenador medeia o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como cria condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modifica-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (ALMEIDA, 2001, p. 22).

O grupo de coordenadores também avalia a necessidade da promoção da formação continuada para os profissionais da educação, não somente em cursos ofertados pelos órgãos públicos, mas também em grupos de estudos no espaço da escola, como forma de contribuir nas condições de efetivação do trabalho do coordenador pedagógico nesta dinâmica de ações socioambientais, como: C- “realizar palestras,...desenvolver oficinas com alunos, professores e comunidade”; B- “promovendo grupo de estudos”; A- “Acredito que após uma formação acerca do assunto”. Os professores se contradizem em suas percepções, pois para o entrevistado D- “o coordenador tem tido muitas atribuições que impossibilitam”; para E- “Não”; e para F- “creio que sim. Apesar do tema não ser amplamente desenvolvido”.

Nesta ótica, na percepção dos pesquisados a coordenação pedagógica não tem atendido às perspectivas de Educação Socioambiental no ambiente da escola. Eles afirmam

que buscaram aplicar projetos de reeducação, porém não se obteve sucesso, devido à falta de envolvimento de todos. Sendo que alegam a questão da formação inadequada como uma das falhas no trabalho, bem como as inúmeras atribuições do coordenador com situações que dificultam este processo.

Na possibilidade de desenvolver uma proposta de trabalho que atenda a Educação Socioambiental o grupo acredita que necessário se faz o conhecimento através da formação, o envolvimento de toda comunidade, que se oferte uma aprendizagem global, atual, com temáticas cotidianas e que desenvolvam atitudes de respeito. Nesta dinâmica Almeida (2001, p. 20) define que o “coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações externas que realiza convicções, atitudes; e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores.”

Na dinâmica do trabalho pedagógico necessário se faz a visão de uma prática inovadora, sob a ótica de uma criação conjunta, coletiva e transformadora. Sendo que as intervenções do coordenador visam dar sentido nas ações docentes em busca da mudança.

3.4. Aspecto pedagógico – Práticas Socioambientais

As práticas socioambientais vinculam-se na necessidade formativa, tanto dos educadores quanto para os educandos. Porém foi percebido que, para os pesquisados, os órgãos competentes não fornecem cursos na área de Educação Socioambiental.

Então a presença do tema na dinâmica da escola se torna falha, pois gera práticas voltadas para a fragmentação e superficialidade, embora os pesquisados acreditem que hoje a Educação Socioambiental se torna mais presente no trabalho pedagógico. Em suas falas os coordenadores defendem que: A- “Percebo que a Educação Ambiental está mais presente nas escolas, mas não de forma efetiva”; B- “O que vemos são ações fragmentadas”; C- “somente em algumas disciplinas”. Para os professores o tema só é trabalhado: D- “Quando se adquire uma prática educativa integrada, abordando a relação entre individualidade e coletividade de hábitos e atitudes”; E- “nas Ciências da Natureza e Sociais”; F- “acredito que a temática esteja bem mais presente... quando trabalhamos a utilidade e preservação da água,... preservação do solo”.

Nesta perspectiva as práticas socioambientais realizadas na instituição são permeadas de alguns momentos de debate acerca do tema durante as aulas de Ciências Naturais e Sociais, porém não causam um efeito significativo na mudança de hábitos da comunidade escolar, pois como afirmam os pesquisados: A- “Os próprios funcionários não zelam pelo ambiente que fazem parte”; F- “são poucos os momentos em que o tema é debatido e nem sempre surtem o efeito esperado”; F- “não adianta falar sobre cuidados com a água, sendo que o que se vê é o desperdício”; A- “Falta conscientização tanto da parte dos alunos, mas principalmente de nós”; B- “enquanto coordenadores tentamos implementar a coleta seletiva... e não obtivemos êxito”; A- “esta temática faz parte do Projeto Político Pedagógico da escola, mas a comunidade e os próprios funcionários... não trabalham o assunto com tanto fervor”. Estas práticas sociais e ambientais representam ações isoladas do contexto socioambiental.

A busca por uma educação impactante na formação da comunidade escolar não se efetiva devido não apresentar uma proposta de trabalho coletivo, abrangente, prático e que leve à “compreensão das mútuas relações entre natureza e o mundo humano” (CARVALHO, 2012, p. 82). Logo, para ofertar uma educação para a sustentabilidade, a instituição ainda não consegue atender aos objetivos, embora seja citado no Projeto Político Pedagógico o trabalho não tem se efetivado como deveria.

Para que haja realmente a inter-relação entre escola e comunidade a proposta de trabalho deve vir de encontro com os interesses desta comunidade, pois como afirma Carvalho (2012, p. 83) “Educar torna-se, neste ponto de vista, uma aventura pela qual o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão/interpretação”. Para tanto necessário se faz a produção de sentido nas aprendizagens ofertadas para que haja a relação entre teoria e prática, fazendo-se o encontro entre as diversas dimensões da vida, sociedade, cultura e natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Socioambiental representa uma concepção educativa para além dos muros da escola. Não que seja inteiramente de responsabilidade das instituições de ensino, mas são nestes espaços que se têm muitas possibilidades de mudanças. Os objetivos devem ser voltados para que se possa pensar em progresso, mas também em bem estar e cuidados com seres humanos e natureza.

Embora já se tenha há alguns anos a percepção da importância do meio ambiente e a necessidade de se preservar, poucas atitudes positivas e impactantes são percebidas. Nota-se que a degradação da natureza está vinculada às questões sociais e econômicas, pois se busca melhorias nas condições de vida e não se pensa nos estragos causados aos recursos naturais.

A Educação Socioambiental, conforme tem sido tratada no espaço escolar, não tem contribuído de forma significativa na mudança de concepções dos indivíduos, pois falta uma formação para que os educadores estejam preparados e envolvidos na busca de ações mais sociais, sustentáveis, responsáveis e cidadãs, desvinculadas em contemplar apenas as questões que englobam a natureza.

Urge uma mudança de paradigmas, pois o problema é de toda sociedade, de todo planeta. Neste contexto a escola faz a diferença no processo de mudança e a coordenação pedagógica, como articuladora das propostas de trabalho no ambiente escolar, se torna um dos instrumentos de organização das ações pedagógicas para um projeto que englobe uma educação transformadora.

As questões que evidenciam a necessidade de uma formação mais efetiva é a percepção que o grupo tem de que a Educação Socioambiental engloba apenas a visão naturalista. O não conhecimento dos fundamentos e o não uso das diretrizes curriculares de uma forma mais interdisciplinar e voltada para a coletividade têm contribuído em um processo de formação fragmentada e isolada de toda comunidade escolar.

A proposição de estratégias que contemplem processos reflexivos na prática dos educadores deve ser inserida na dinâmica da instituição, como defende o próprio grupo de funcionário da escola. Pois mesmo sendo citada a sustentabilidade no Projeto Político Pedagógico, a escola não é sustentável e não tem preparado sua comunidade escolar para esta realidade.

A questão socioambiental necessita do pertencimento do ser nesta perspectiva, com a visão de sentir-se como participante do processo, ao mesmo tempo sendo educador e educando, numa dicotomia de formação contínua, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo.

A partir do estudo foi possível perceber que não apenas os coordenadores são responsáveis pela questão socioambiental, mas todos nós. Nesta realidade a busca por conhecimento é imprescindível, pois esta questão tem causado falhas no processo educativo.

Neste sentido o papel do coordenador é de conhecer sua realidade e buscar atender as necessidades da comunidade escolar a partir da proposta de trabalho para além dos muros da escola. Sabemos que neste processo muitas questões serão enfrentadas, porém os ganhos serão para todos e farão o diferencial na busca pela qualidade de vida e de uma Educação Socioambiental de fato.

A escola não pode ficar parada e alheia a esta realidade que se propõe mundialmente, pois a questão socioambiental precisa ser efetivada nos diversos campos da sociedade e, principalmente nas políticas públicas dos países, pois não basta ter leis. É preciso preparar os formadores para que estes possam disseminar ações positivas que visem atender as demandas esperadas para a Educação Socioambiental.

Necessário se faz novas posturas voltadas para o conhecimento e a formação continuada no espaço da escola. Não apenas sob a responsabilidade do coordenador pedagógico, mas de toda comunidade escolar, para que se possa realmente conhecer e construir uma proposta de trabalho que contemple a educação socioambiental, numa ótica de inclusão, conscientização, valorização e respeito a todos dentro dos contextos natural, social, cultural e humano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho & PLACCO, Vera M. N. de Souza. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. Edições Loyola. São Paulo, 2001.
- _____. O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola. Edições Loyola. São Paulo, 2013.
- BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 n. 1 (3), janeiro – julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <http://periodocos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976> Acessado em: 08 de outubro de 2015.
- BORSSOI, Berenice Lurdes. O coordenador pedagógico frente aos desafios escolares. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2008. Disponível em: www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo15.pdf Acessado em: 16 de outubro de 2015.
- BRASIL. Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Brasília, 1981.
- _____. Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. 7 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012b.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. Brasília, 2012c.
- BUENO, Francisco da Silveira. Minidicionário da Língua Portuguesa. Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Singer. São Paulo: FTD, 1996.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Brasileira sobre Meio Ambiente. 2ª ed. Brasília, 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 6. ed. Brasília: 2015.
- DULLEY, Richard Domingues. Noção de Natureza, Ambiente, Meio ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais – Agric. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul/dez, 2004.
- GDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Subsecretaria de Educação Básica. Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota. Brasília, 2012.
- _____. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2014a.

- _____. Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2014b.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf Acessado em: 21 de setembro de 2015.
- MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente: saúde. Volume 9. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Histórico da Educação Ambiental no Mundo, 2015. Disponível em: www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial Acessado em: 15 de outubro de 2015.
- _____. Recomendações de Tbilisi, 1977. Disponível em: www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8065 Acessado em: 10 de outubro de 2015.
- MORAES, Paula Louredo. Rio + 20: Brasil Escola. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/biologia/rio-20htm> Acessado em 13 de setembro de 2015.
- MOREIRA, Antônio Cláudio M. L. Conceitos de ambiente e impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano (1997). Disponível em: http://Iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/moreira6-conceito_impacto_urbano.pdf Acessado em: 21 de setembro de 2015.
- MOREIRA, Antônio F. Barbosa & vários autores. Currículo: Questões atuais. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 18 ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- OLIVEIRA, Emanuelle. Regimento Escolar, 2015. Disponível em: www.infoescola.com/educacao/regimento-escolar/ Acessado em: 27 de novembro de 2015.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Conferência de Tbilisi (1977), 2013. Disponível em: www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/27425/conferencia-de-tbilisi-1977 Acessado em: 27 de novembro de 2015.
- REY, Fernando González. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação. Fernando González Rey; (tradução Marcel Aristides Ferrada Silva). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- SANTOS, M. E. P. dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica. In: RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável, teorias, debates e aplicabilidades. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1996.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Carta de Belgrado (1975), 2015. Disponível em: www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=71 Acessado em: 27 de novembro de 2015.
- TRIGUEIRO, André. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento / coordenação de André Trigueiro; prefácio de Marina Silva. 5 ed. São Paulo: Armazém do Ipê, 2008.
- TOSTES, A. Sistema de legislação ambiental. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: natureza, razão e história. São Paulo: Autores Associados, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político ao cotidiano da sala de aula. Editora Libertad. São Paulo, 2006.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Área de Atuação: _____

Tempo de experiência como docente: _____

Tempo de experiência como coordenador (a): _____

Cursos na área de Educação Ambiental/Socioambiental: _____

1. O que você entende por Educação Socioambiental?
2. Você conhece os fundamentos legais da Educação Socioambiental?
3. Nas diretrizes curriculares do DF a temática da Educação Socioambiental é tratada mais especificamente no campo das Ciências da Natureza e Ciências Sociais. Você acredita que desta forma contribuem para que haja Educação Socioambiental na escola? Como?
4. A Educação Socioambiental não deve ser tratada como disciplina nas escolas, mas como tema transversal e interdisciplinar. Você acredita que isto contribui na formação das pessoas na perspectiva da Educação Socioambiental?
5. Há na rede de ensino do DF cursos voltados para a formação dos professores e coordenadores com a temática Educação Socioambiental? Você sabe quais?
6. Em sua opinião o tema Educação Socioambiental está mais presente nas escolas? Em quais momentos e ações?
7. Como é possível desenvolver uma proposta de trabalho que atenda a educação Socioambiental na escola?
8. Como a coordenação pedagógica pode contribuir na promoção da Educação Socioambiental no espaço escolar?
9. Em sua opinião o coordenador tem atendido às perspectivas da Educação Socioambiental? De que forma?
10. Quais práticas socioambientais ocorrem na escola? Elas contribuem no alcance dos objetivos desta temática?
11. Sabe-se que a Educação Socioambiental envolve não somente o estudo da natureza, mas as questões sociais que envolvem os seres. Para você a escola desenvolve uma Educação Socioambiental que tenha impacto na comunidade escolar? Como este trabalho acontece ou deve ocorrer?

12. Quanto a questão da sustentabilidade, como ocorre este trabalho na escola? Há algum projeto que atenda esta temática? Se há, quais?

Observação: Ao longo das entrevistas, caso haja necessidade, outras perguntas podem ser inseridas.